

4 Diferenças entre sociedades pré-industriais e industriais

4.1 Desigualdades económicas e relações de dominação

A partir de 1960, a Sociologia e a Antropologia começaram a interessar-se mais pelas consequências sociais e culturais resultantes da introdução da economia capitalista nas sociedades pré-industriais e agrárias.

O desenvolvimento da economia tem sido feito com base na relação entre os diferentes países. As economias industriais assentam, por vezes, o seu crescimento nas características diferentes das economias pré-industriais.

Assim, por exemplo, produzem menos produtos agrícolas porque os conseguem comprar mais baratos noutros países. Muitas das matérias-primas que necessitam para a produção dos produtos industriais são compradas, a preços mais baixos, nas sociedades menos economicamente desenvolvidas. Por outro lado, como veremos mais à frente, instalam as suas indústrias, levando consigo muitos dos aspetos negativos, resultantes da industrialização, nas sociedades onde a mão de obra é mais barata.

Estas relações económicas entre os diferentes países levam a que uns sejam mais economicamente desenvolvidos do que outros. Os países em desenvolvimento (ou menos desenvolvidos, do ponto de vista económico) situam-se, maioritariamente, no hemisfério Sul. Estes países, ao contrário dos outros, apresentam baixos valores de PIB *per-capita*, de esperança média de vida à nascença, de escolarização e de bem-estar social. Estes indicadores constituem o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, que classifica todos os países do mundo em termos do seu desenvolvimento (ver o subtema 2 da unidade temática 2).

Em todos os países existem ainda outras desigualdades, medidas por outros indicadores. Há desigualdades na repartição dos rendimentos pelos diferentes grupos sociais (índice de Gini), entre homens e mulheres (Índice de Equidade de Género - IEG), nos direitos das crianças (em alguns países sujeitas a trabalho infantil), na falta de qualidade de vida (sem água potável ou esgotos), etc.

Se olharmos para os países em desenvolvimento, ou menos desenvolvidos, verificamos que uma boa parte sofreu um processo de colonização num dado momento da sua história.

Índice de Desenvolvimento Humano

Medida comparativa usada para classificar os países, pelo seu grau de desenvolvimento humano em países desenvolvidos (muito alto desenvolvimento humano), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo).



Desigualdades entre regiões mais e menos desenvolvidas

Atividade

Copia o quadro para o teu caderno e classifica os seguintes países como desenvolvidos, ou em desenvolvimento, de acordo com os seguintes indicadores:

PAÍSES	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	PIB PER CAPITA	ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA	Nº DE MÉDICOS (POR 100000 HABITANTES)	CLASSIFICAÇÃO
Islândia	95,4	36 510	81,5	362	
Japão	85,9	35 633	76,9	316	
Zâmbia	60,5	1023	40,5	12	

i

A dominação colonialista contribuiu muito para a destruição das economias de autossustentação nas sociedades pré-industriais.

Colonialismo e relações de dominação

O colonialismo e a economia capitalista mudaram as atividades económicas e a maneira de viver das sociedades pré-industriais. O principal objetivo económico da ocupação colonial foi explorar matérias-primas baratas (minerais produtos da agricultura e madeiras das florestas), destinadas às indústrias dos países colonizadores. Por sua vez, estes, vendiam às colónias os seus produtos industriais para obter grandes lucros.

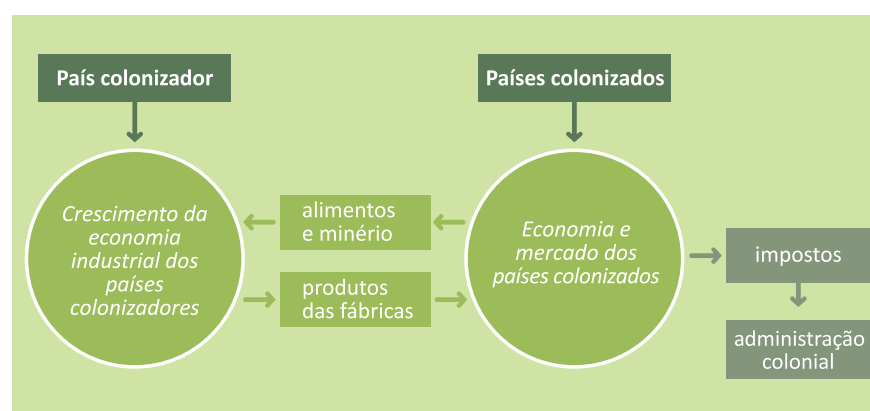
Para conseguir financiar a administração das colónias, os governos dos países colonizadores também cobravam impostos à população local. O grande obstáculo que encontravam em relação a esta cobrança eram as economias de autossustentação, assentes nas relações de parentesco. Os mecanismos de herança, de dádiva, de troca recíproca e de obrigações sociais de cada um, ou de cada família, para com a comunidade, impediam que essa cobrança se realizasse ou fosse eficiente.

Nos locais onde o uso familiar ou coletivo da terra pelas populações era baseado no controlo tradicional das linhagens, foi, gradualmente, introduzida a propriedade privada. Assim, as terras podiam ser vendidas

e compradas e os impostos cobrados. Em alguns casos, as heranças tradicionais eram, também, tributadas. Além disso, as trocas recíprocas de trabalho nas comunidades começaram, em vários países colonizados, a ser substituídas por trabalho forçado, pago com salários muito baixos.

Desta forma, muitos membros das comunidades tradicionais foram transformados em assalariados. Perderam os seus meios de produção e passaram a vender a sua força de trabalho nas indústrias ou na agricultura. As melhores terras foram ocupadas por colonos ou empresas, destruindo, totalmente, ou em parte, a organização social e económica de muitas comunidades tradicionais.

Relações económicas entre os países colonizadores e os países colonizados



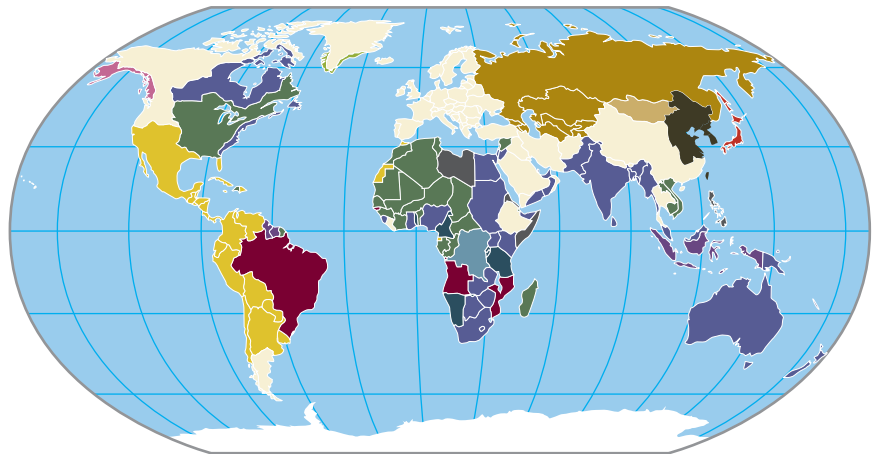
Adaptado de Layton, R. (2001). *Introdução à Teoria Antropológica*. Lisboa: Edições 70.

Além das desigualdades sociais, existentes em cada país, herdadas do colonialismo e do capitalismo, persistem as desigualdades entre países. Nos países economicamente desenvolvidos, aumentou o consumo e o nível de vida, enquanto em outros países a economia desenvolveu-se muito menos. Em alguns casos, esta economia é uma economia de penúria ou de estagnação. O que separa os países ricos dos países pobres é, assim, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento económico.

Para sair da economia da penúria e de estagnação, muitos governos, e até peritos nacionais e internacionais, encorajam as famílias a produzir bens para vender a nível nacional e internacional. Não sendo negativo que isto aconteça, há também alguns riscos sociais para as comunidades.

O desenvolvimento económico não significa que os modos tradicionais de organização e a maneira de viver das comunidades tenham de ser completamente destruídos. Há exemplos onde isso não aconteceu, como é o caso da rede internacional do comércio justo (ver subtema 2 da unidade temática 2).

Neste, os produtos são vendidos internacionalmente através de cooperativas formadas pelas populações locais. O cultivo e outras atividades, como o artesanato, respeitam o ambiente e o preço pago pelos produtos reflete o esforço e o trabalho das populações.



Mapa da colonização



Atividade

Responde às seguintes perguntas:

1. Qual era o principal objetivo económico da colonização?
2. Após a descolonização, os governos dos países independentes conseguiram resolver os problemas relacionados com as desigualdades sociais?
3. Na época atual, mantêm-se as desigualdades económicas e sociais entre os países?

4.2 Pobreza e exclusão social

A diferenciação social sempre existiu na história das sociedades. Mas, na época atual, surgiram outras diferenças e desigualdades que, em grande parte, estão ligadas ao próprio modelo capitalista de desenvolvimento económico, dominante no mundo.

A Sociologia criou dois conceitos principais para analisar estes fenómenos – pobreza e exclusão social.

4.2.1 Pobreza

A pobreza está estreitamente ligada à organização socioeconómica das sociedades. Quer isto dizer que a pobreza, em grande medida, resulta dos efeitos negativos dessa organização. E isso, ao nível não só das questões ligadas à subsistência dos seres humanos (alimentação,

habitação, emprego e rendimentos do salário), mas, também, a outras condições essenciais para assegurar uma vida decente e digna – acesso a equipamentos sociais e educativos, níveis de educação escolar e de qualificação profissional e saúde.

A pobreza é definida segundo critérios económicos, relacionados com a falta de rendimentos (o dinheiro que se tem ou se ganha) e de outros meios para satisfazer as necessidades vitais de sobrevivência das pessoas (alimentação, cuidados médicos, habitação, vestuário, educação escolar). De qualquer maneira, a pobreza, vista nesta perspetiva, é sempre o resultado das desigualdades sociais; ou seja, da distribuição desigual da riqueza produzida na sociedade. Mas, não é só esta distribuição que é tida em conta. As poucas ou nenhuma oportunidades, essenciais para uma vida decente, atribuídas às pessoas, pelas políticas do Estado ou pela sociedade, constituem um outro aspeto importante da pobreza. As pessoas e os grupos sociais dominados, com menos poder na sociedade, são, assim, excluídos dos padrões mínimos de vida aceitáveis, definidos de acordo com a realidade de cada país.

Neste contexto, podemos, então, distinguir dois tipos principais de pobreza: a pobreza absoluta e a pobreza relativa.

A **pobreza absoluta** é uma noção que pode ser aplicada em todo o mundo. Considera-se, neste caso, que os padrões de sobrevivência do ser humano são universais, independentemente das sociedades. A pobreza absoluta existe quando o ser humano não tem acesso a um mínimo de condições de vida para sobreviver.

Por sua vez, a **pobreza relativa** tem em conta a média das condições de vida existentes em cada sociedade. Este tipo de pobreza existe quando as pessoas não têm a possibilidade de aceder a um nível decente de vida, em comparação com a média do país.

Para todos os países foi definido um mínimo de rendimentos, conhecido como linha de pobreza, abaixo do qual se considera que as pessoas não têm condições para viver. Este rendimento mínimo, de subsistência, é calculado com base nos outros rendimentos existentes no país, sendo diferente de país para país.

Além desta tradição socioeconómica, existe, também, uma tradição culturalista na análise da pobreza. A partir da dimensão cultural surgiu o conceito de cultura da pobreza.

Pobreza absoluta

Situação social em que os seres humanos estão abaixo do mínimo de condições de vida necessárias para sobreviver.

Pobreza relativa

Situação em que as pessoas estão abaixo dos padrões médios de vida de uma dada sociedade.

Abaixo da linha de pobreza está a pobreza relativa e absoluta.



Cultura da pobreza

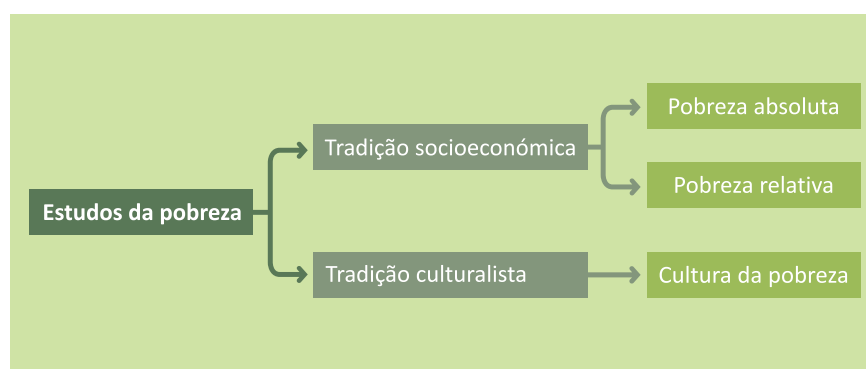
Formas de pensar e de agir das pessoas com carências.

A **cultura da pobreza** pode ser definida como as formas de pensar e de agir das pessoas pobres, que têm sofrido inúmeras carências. Estas pessoas desenvolvem sistemas de valores, de representações sociais e de estratégias para se relacionarem com as outras pessoas, que lhes permitem adaptar à situação de pobreza. Os padrões de comportamento dos pobres apresentam uma grande diversidade.

A pobreza depende, também, do lugar onde se vive. Pode ser diferente nas cidades e nas zonas rurais. Nas cidades é mais difícil viver. As casas são mais caras e as pessoas mais pobres não têm muitas alternativas para sobreviver. Por isso há pessoas que podem estar acima da linha da pobreza, definida para o país, mas os seus rendimentos não dão para viver nas cidades.



Ilustração de pobreza absoluta publicada no jornal L'illustration (Paris) em 1868



Nas comunidades tradicionais há combinação da autossustentência com as vendas em pequenos mercados, o que permite manter as relações tradicionais de solidariedade económica e social entre os membros da comunidade e, por isso, torna a pobreza um fenómeno menos visível.

Atividade



Lê, com atenção, o texto seguinte:

Timor-Leste é um dos Estados nacionais mais recentes que possui uma das maiores taxas de pobreza do mundo. Em 2009, o país estava entre os treze países mais pobres do mundo. Mas, os seus índices de crescimento económico, no mesmo ano, representaram uma das maiores taxas da região do Sudoeste Asiático. O 'Relatório de Desenvolvimento Humano,' para Timor-Leste, apresentado em Díli, reconhece que foram alcançados muitos progressos. Mas os números da pobreza continuam elevados. Houve uma redução da pobreza de cerca de 9% da população – de 49,9% há catorze anos, para 41% em 2011. Mas as carências continuam a ser muito grandes, sobretudo nas zonas rurais e em certas zonas mais pobres das cidades, principalmente em Díli.

Adaptado do Boletim 1.9 do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, “A pobreza em Timor-Leste: ‘Relatório de Desenvolvimento Humano 2011’ divulga novos dados”.

Responde, no teu caderno, às seguintes questões:

1. Qual é a diferença entre pobreza absoluta e pobreza relativa?
2. O que é a linha de pobreza?
3. A pobreza existe só nos países em desenvolvimento?

4.2.2 Exclusão social

Os conceitos de exclusão social e de pobreza estão muito próximos um do outro. No entanto, podemos considerar que a pobreza é uma componente da exclusão social. Não existe pobreza sem exclusão social. Mas é verdade que pode haver exclusão social sem pobreza.

É, o caso, por exemplo, das mulheres em algumas comunidades. As mulheres podem não ser pobres, mas podem ter mais dificuldade em arranjar um trabalho. A organização social de algumas comunidades desvaloriza o papel das mulheres, para além do cuidar da casa e dos filhos. As mulheres são, assim, excluídas de uma participação ativa na vida social, económica e cultural da sua comunidade.

No desenvolvimento do fenómeno da exclusão social, há pessoas e grupos que têm os recursos sociais, culturais e económicos para participarem na vida social e política. Mas, há outros que não os têm, ou a quem não foram dadas as mesmas oportunidades de os obter.

Em geral, esta falta de recursos está ligada a situações anteriores, relacionadas com as experiências familiares e do seu grupo social de pertença. As próprias famílias já tinham sido vítimas de exclusão social. Diz-se, assim, que a exclusão é acumulada e persistente. Pode ser transmitida ao longo de várias gerações – transmissão intergeracional – ou de uma geração – transmissão intrageracional – e integrar sempre novas desigualdades, tais como, por exemplo, o desemprego permanente e a dificuldade que muitos jovens têm para conseguir um primeiro emprego.

A exclusão social é um fenómeno complexo e com vários aspetos. O desemprego, de que já falámos, é um deles. Mas há, também, a marginalidade, a discriminação social, as dificuldades de adaptação às mudanças na sociedade, etc.

A pobreza decorre da exclusão social, embora possa haver exclusão social sem pobreza, como é o caso da exclusão social das mulheres.

i

A exclusão pode ser transmitida entre várias gerações ou durante a mesma geração.

i

i

Entre as várias causas da exclusão social está a segregação nas cidades e a baixa qualificação escolar das pessoas.

É importante, agora, refletir sobre as causas e as consequências mais específicas da exclusão social. Ou seja, porque é que ela acontece e quais são os efeitos que tem nas pessoas e nos grupos.

Causas da exclusão social

Para além, em geral, das desigualdades sociais, há muitas causas, mais específicas, que podem ser apontadas para a exclusão social. Vamos ver, apenas, dois exemplos.

Começamos com o exemplo específico da influência na marginalidade do sítio que as pessoas e os grupos excluídos ocupam nas cidades (segregação espacial das cidades). As políticas de construção de casas das autoridades deslocam estes excluídos para as periferias, afastando-os da vida social das cidades. Este afastamento provoca fenómenos de discriminação e marginalidade. Estes políticos também podem destruir as redes de solidariedade que existiam antes em bairros ou nas comunidades rurais.

Outro exemplo, é o da importância da qualificação das pessoas, obtida na escola ou na universidade. Muitas pessoas não conseguem ter um trabalho melhor porque nunca tiveram a oportunidade de obter diplomas e qualificações. Hoje, com o domínio da economia de serviços, há capacidades e competências que se aprendem na escola e na universidade, e que permitem obter empregos mais bem pagos. Por outro lado, estes empregos também permitem conhecer outros membros da sociedade que têm melhores condições sociais e, assim, beneficiar de relações sociais mais vantajosas.

As consequências da exclusão social

As consequências da exclusão social também são diversas, podendo ser individuais ou coletivas.

Ao nível individual, as pessoas e os grupos socialmente excluídos sentem-se postos de lado, à margem da sociedade, sendo alvo do desprezo e da indiferença dos outros. Estes excluídos são considerados indesejáveis, e isso agrava a discriminação e a marginalização. Há um corte nas relações sociais dos excluídos com as outras pessoas e grupos. Este corte influencia a consciência que as pessoas e os grupos excluídos têm sobre si-próprios, como seres humanos, assim como a sua autoconfiança e autoestima.

Ao nível coletivo, há, no fenómeno da exclusão social, igualmente, uma grande acumulação de aspetos sociais e políticos negativos para os grupos de excluídos. Em termos gerais, entre estes aspetos, os mais importantes são a sua grande dificuldade: em intervir socialmente para reivindicar a melhoria da sua situação; e, também, em intervir politicamente na vida

i

As consequências da exclusão social também são diversas, mas podemos apontar a marginalidade e passividade das pessoas e grupos nas reivindicações do direito a uma vida mais decente e digna.

da sociedade para fazer valer o seu direito à cidadania e à participação na vida cívica.

Por fim, podemos dizer que, na maior parte dos casos, na origem da exclusão social está o facto de a sociedade dar muito mais importância ao crescimento económico do que ao desenvolvimento social e cultural. Isto contribui para a reprodução e agravamento das desigualdades sociais.



Atividade

No quadro, em baixo, são apresentados alguns exemplos de fenómenos de exclusão social, que podem ser observados em diversas sociedades. Depois de passares este quadro para o teu caderno, marca com um X as respostas à pergunta que te é feita.

Estes exemplos de exclusão social existem em Timor-Leste?	Sim	Não
Exclusão social dos mais velhos, isolados e sem recursos e família.		
Exclusão dos grupos, que vivem nas zonas rurais, sem recursos.		
Exclusão de assalariados, sem diplomas escolares e com poucas qualificações profissionais.		
Exclusão dos desempregados e dos jovens que não conseguem arranjar um primeiro emprego.		
Exclusão das mulheres.		

